

Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Os autores manterão seus direitos autorais e concedem à revista apenas o direito de primeira publicação. O artigo será simultaneamente licenciado sob a *Creative Commons Attribution License*, permitindo seu compartilhamento com o devido reconhecimento de autoria e publicação inicial para esta revista.

Os autores ficam autorizados à assumir contratos adicionais, separadamente, visando distribuição não-exclusiva da versão publicada nesta revista (ex.: repositório (site) institucional, ou capítulo de livro), reconhecida a autoria e publicação inicial nesta revista.

Fonte:

<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/about/submissions#copyrightNotice>. Acesso em: 02 ago. 2017.

ECONOMIA VERDE E RIO + 20: RECORTANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maurício Amazonas

INTRODUÇÃO

Os tempos recentes, especialmente com o ambiente de discussão, reflexão e sentimentos mobilizados pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), na cidade do rio de Janeiro no mês de Junho de 2012, a Rio+20, assistem a sociedade sendo colocada perante a inusitada, porém esperançosa, ideia de uma Economia Verde, figura parte quimérica, parte esfíngica, parte prometéica, no intuito de que esta sociedade a decifre e, com suas luzes, possa se conduzir a um mundo em que não devore a natureza e a si mesma.

Faz-se oportuno uma incursão pelos meandros desta ideia, investigando no contexto histórico, econômico e político que a gestou alguns determinantes de sua consistência e contradições conceituais.

1 – ECONOMIA E NATUREZA, UMA BREVE LONGA HISTÓRIA

A ideia de que a economia deve ser compreendida a partir de sua relação com o mundo natural em que se assenta não é nova. Também não é nova a ideia de que o desenvolvimento econômico deve ocorrer de modo o mais harmônico possível com relação ao uso dos recursos naturais e à conservação e preservação das condições ambientais.

A própria gênese do pensamento econômico e da ciência econômica no século XVIII traz em si o entendimento da sociedade e da vida econômica como aflorados do meio e das leis naturais. Inspirados no momento de surgimento e avanço do naturalismo, no campo das ciências naturais, e do jusnaturalismo, no campo da filosofia e do direito, os primeiros economistas viam as relações econômicas como derivadas da ordem natural, como os fisiocratas, que enxergavam a própria noção de excedente econômico e do valor como derivados da natureza, ou mesmo da economia política clássica (exceção a Marx), que tendiam a naturalizar as relações sociais e econômicas¹.

Contudo, especialmente na segunda metade do século XX com a expansão do paradigma fordista e fossilista da II Revolução Industrial, o processo de desenvolvimento

¹ Sobre esta discussão veja-se Coutinho (1993) Lições de Economia Política Clássica, Ed. Hucitec.

econômico no mundo capitalista, sob a hegemonia do império americano, vem mostrar de forma notória seu traço próprio da modernidade. Construído sobre uma sociedade de indivíduos livres – promotores do auto-interesse – e de consumo de massas, o processo de desenvolvimento mostra sua capacidade de produzir, de forma ampliada e generalizada, a geração de riquezas. Todavia ele o faz produzindo ganhos desigualmente apropriados e prejuízos desigualmente impostos ao conjunto da sociedade, aprofundando as desigualdades internacionais, sociais e a exploração desigual do meio ambiente e dos recursos naturais, com danos e riscos produzidos agora em grande escala industrial. Imagem e semelhança do paradigma da pujante “civilização do petróleo”.

A percepção científica e social desta perigosa contraface do desenvolvimento econômico, não tardando, veio se expressar e manifestar de modo clamoroso a partir da década de 1960, articulando a problemática ambiental à sua gênese no processo econômico, naquilo que pode ser denominado de surgimento da “questão ambiental”. O perigo nuclear exposto após Hiroshima, acidentes como o de Minamata no Japão e Bopal na Índia, a escalada da poluição nas grandes metrópoles industriais, o advento dos riscos e contaminações com agroquímicos, e a explosiva escalada do crescimento populacional levaram à proliferação de ampla produção e debate intelectual e político, com obras tais como *A Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (1962); *The Population Bomb*, de Paul Erlich (1968); *The Tragedy of the Commons*, de Gareth Hardin (1968); o surgimento do Clube de Roma em 1968 e, com destaque, o estudo por este solicitado ao MIT, coordenado por Dennis e Donella Meadows, conhecido como Relatório Meadows, intitulado *Limits to Growth*, em 1972. Com forte corte ambientalista predominantemente neomalthusiano, a maior parte das ideias integrantes de tal movimentação voltavam-se a denuncia crítica da face ambientalmente deletéria da natureza do sistema econômico contemporâneo.

O ano de 1972 foi também o da realização da primeira reunião mundial de cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento, a chamada Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia. Naquele evento, entre posições neomalthusianas defensoras de um “crescimento zero” e posições desenvolvimentistas defensoras de um crescimento econômico a todo custo (defendidas especialmente pelos EUA e países em desenvolvimento), levantou-se a tese do Ecodesenvolvimento (conceito construído diplomaticamente por Maurice Strong e academicamente por Ignacy Sachs). Segundo este conceito, o desenvolvimento e a conservação ambiental não apenas não são antagônicos, mas sim são complementares e interdependentes, sendo desenvolvimento genuíno aquele que se faz garantindo as condições ambientais sobre as quais se assenta.

No debate acadêmico, especialmente entre os economistas, a emergência da questão ambiental coloca na pauta da discussão teórica e aplicada a busca do entendimento destas relações entre economia e meio ambiente, mobilizando importantes pensadores, tanto no campo da teoria econômica convencional, como Robert Solow, quanto no campo formado entorno de uma “bioeconomia”, como Kenneth Boulding, Herman Daly e Nicholas Georgescu-Roegen. Como resultado, se desenvolveram e organizaram os campos disciplinares da Economia Ambiental, no âmbito neoclássico convencional, e da Economia Ecológica, como espaço alternativo transdisciplinar integrador de princípios ecológicos, econômicos e sociais.

Tanto no campo político-diplomático quanto no acadêmico, os anos de 1970 e 1980 assistiram o desenvolvimento desta busca de compatibilização entre economia e meio ambiente, culminando com a formulação e consagração do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Estando a noção de sustentabilidade permeando diversas elaborações e documentos (inclusive em *Limits to Growth*), o termo Desenvolvimento Sustentável aparece inicialmente em reunião da World Conservation Strategy, em 1980, e em seguida na Reunião do PNUMA, em Nairobi (1982), vindo posteriormente ser o eixo orientador do Relatório Brundtland, apresentado pela Comissão Brundtland das Nações Unidas, em 1987, documento intitulado como *Our Common Future*².

Esse Relatório lançou e popularizou a definição mais amplamente aceita de Desenvolvimento Sustentável, que é aquele capaz de atender "às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas necessidades". Digno de nota o fato de que, sendo assim definido, o Desenvolvimento Sustentável não se traduz em um conceito que redefine o desenvolvimento em termos das condições naturais ecológicas (termos como ecológico ou ambiental não figuram na definição, embora perpassem toda a obra), mas sim que promove uma inflexão na direção de uma definição ética, de justiça intra e intergeracional, na qual evidentemente a questão ambiental constitui importante pilar.

De lá para cá, o conceito de Desenvolvimento Sustentável se torna um líquido pervasivo, irrigando os meandros de praticamente todos os segmentos da sociedade, por mais antagonicos que estes sejam entre si. Mas ao mesmo tempo fluido demais para poder conferir às políticas e ações efetivas fundamentação sólida, ao menos não tão sólida quanto a força ética e a promessa redentora que o conceito de Desenvolvimento Sustentável veio instalar na

² CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Nosso Futuro Comum*, FGV, Rio de Janeiro, 1988.

consciência coletiva. Assim, desde então a recente comunidade global se lança no anseio de busca pela sedutora operação alquímica de amalgamar à pedra filosofal do desenvolvimento o elixir da longa vida da sustentabilidade.

Vinte anos após a reunião de Estocolmo, o Rio de Janeiro hospedou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – a ECO-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra –. Maior evento de cúpula global até então, reunindo amplos anseios dos diferentes países, segmentos sociais, sociedade civil organizada e opinião pública global, a Conferência produziu diversos avanços e também desapontamentos. De um lado, a década de 1980 gestou diversos processos de negociação internacional na busca de estabelecer a regulação e normatização de diversas temáticas ambientais, como por exemplo as questões das mudanças climáticas ou da biodiversidade, fazendo com que a Conferência tenha se transformado em um corolário de pautas já iniciadas, estabelecendo diversos compromissos na forma de grandes Convenções que a partir de então passam a operar a partir de Conferências das Partes (COPs) anuais ou bienais. De outro lado, dada a ampla expectativa depositada em relação à implementação do Desenvolvimento Sustentável como espécie de novo paradigma ou modelo, muitos anseios deixaram de ser contemplados.

Em Johannesburgo, África do Sul, no ano de 2002 ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Earth Summit 2002), ou simplesmente Rio+10. Os principais acordos, já firmados em 1992, seguiam evoluindo dentro de seus próprios escaninhos – uns mais rapidamente, outros menos, uns mais pacificadamente, outros menos – sem que houvesse novos fatos que impelisses as pautas a necessariamente terem de ser tratadas em grande cúpula geral. Deste modo, o esvaziamento político e técnico marcou a Conferência, que se restringiu basicamente a ratificar os compromissos anteriores de 1992 e o andamento destes nas COPs. Dez anos depois, em 2012, o Rio de Janeiro hospedou novamente o maior evento de cúpula global, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

2 – DUAS DÉCADAS ENTRE RIOS

Se os primeiros dez anos após a ECO-92 foram de avanços graduais e cumulativos de sedimentação das pautas estabelecidas a partir da cúpula do Rio, os dez anos seguintes contudo se apresentaram com uma dinâmica mais renovada e intensa.

Enquanto os anos de 1990 ficaram marcados como a década de consolidação da nova era denominada pela *globalização*, pela integração global do capital comercial e financeiro e

pelo “triumfo” da ordem e ideário neoliberal pós “queda do muro de Berlim”, o início do terceiro milênio, todavia, já está marcado por toda a manifestação e percepção da contraface perversa desta nova ordem global. Desde as crises econômicas cambiais e financeiras produzidas pelos ataques especulativos do livre fluxo de capitais financeiros de curto e curtíssimo prazo no final dos anos de 1990 – como a crise mexicana de 1995, a crise asiática de 1997, a crise russa de 1998, o abandono defensivo do plano Real e liberalização do câmbio no Brasil em 1999, e a crise argentina de 2002 –, assim como a construção de forte manifestação social anti-globalização, como os embates vistos junto a reuniões de cúpula da Organização Mundial do Comércio – desde Seattle em 2003 – ou do Fórum Econômico Mundial em Davos, ou como a que levou à construção do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, tornou-se evidente que a ordem neoliberal não era o “fim da história” e que o começo de sua revisão e regulação já se tornava necessária.

Como reação e expressão de contraface da globalização, observou-se no período tanto a consolidação dos blocos econômicos regionais quanto a recuperação relativa da capacidade dos estados nacionais em gerirem suas políticas econômicas, assistindo-se por exemplo, o ressurgimento na América Latina de uma onda de governos não liberais e de vinculação popular ou neopopulistas.

Do ponto de vista da agenda ambiental, fatos novos também se estabelecem nos anos 2000. Enquanto os anos de 1990 construíram perspectivas que culminaram positivamente em acordos de compromissos futuros, como o Protocolo Quioto em 1997, os anos 2000 por sua vez vão justamente vivenciar a dificuldade no cumprimento de tais compromissos dessas agendas. Particularmente, o grande solavanco vem justamente na agenda climática. Esta não se defronta apenas com a dificuldade de cumprimento dos compromissos antes estabelecidos, mas também com a percepção da insuficiência dos próprios compromissos para fazer frente à realidade do problema. A divulgação do Relatório Stern, em 2006, e do 4º relatório do IPCC, em 2007, caiu como uma bomba, ao apresentar prognósticos para o avanço do aquecimento global e de identificação de suas consequências os quais superaram as expectativas de seu controle possível pelas políticas então em curso.

Em paralelo e em sinergia com o avanço da discussão da mudança climática, avança também nos anos 2000 a construção e consolidação de novos mercados tidos como ecologicamente mais corretos. A busca de fontes energéticas alternativa ou a viabilização de seu uso, como o avanço em programas de energia eólica, solar e de biocombustíveis, bem como a constituição de mercados ligados a produtos de baixa pegada de carbono – carbon free ou carbon light – e o avanço na certificação de produtos em termos de sustentabilidade e sua

cotação nos mercados financeiros permitiram a alavancagem de “mercados verdes”. O avanço e proliferação desses mercados fez-se acompanhar, especialmente no mundo dos negócios, da ideia de um “capitalismo verde” ou de uma “Economia Verde”³.

3– FIM DE DÉCADA, CRISE DE CICLO E GRITA POR GOVERNANÇA

A face sombria e nada oculta da globalização, produzindo desde os anos de 1990 um estado de crise permanente endêmica nos países periféricos e emergentes e crises vultosas como a asiática e russa, passo a passo vai se acercando da órbita central do atual capitalismo global, atingindo a economia dos EUA a partir de 2007-2008, com a crise do subprime imobiliário e a simbólica e estupenda quebra do Lehman Brothers, e, no momento seguinte, a própria crise Européia, que até hoje se encontra em ebulição.

Paralelamente, a economia chinesa segue em crescimento com índices elevados, produzindo no mundo um estado não mais de surpresa, dada a constância, mas de permanente perplexidade. A crise nos países centrais, com elevados índices de desemprego, contrastam e espelham o avanço da China como “fábrica do mundo”, exportando ao mundo parcela inigualável da produção industrial consumida, substituindo grande parte das produções domésticas. Em que pese o cenário de crise global, o mundo verifica um permanente avanço quantitativo no padrão de consumo, com elevadíssimo impacto sobre o consumo de matérias-primas e recursos naturais. E isso tanto nos países ricos como também nos países emergente, destacadamente os BRICs, com uma parcela cada vez maior de novos consumidores nos estratos médios da sociedade. E grande parcela desse aumento sob o rótulo “Made in China”.

No panorama geopolítico, nesse início de primeiro anos da segunda década do milênio, o contexto de crise global, agora com foco no centro do capitalismo, vem produzindo junto a ele a sistemática crítica econômica, social, intelectual, política e diplomática no sentido de serem estabelecidos novos e eficazes mecanismos de macro-regulação econômica e política. O reconhecimento de que a dinâmica do capital “deixado a solta” traz danos sistêmicos irreparáveis, criando uma situação de risco econômico global antes nunca vista, traz à baila uma ampla reivindicação e ações para a construção de novos mecanismos de regulação econômica dentro de um contexto de governança global.

³ Veja-se por exemplo *Natural Capitalism*, de Paul Hawken, Amory Lovins e L.H. Lovins, de 1999, editado em português como *Capitalismo Natural*, pela Editora Cultrix, 362 p.

As teses e argumentos keynesianos, antes invocados e pensados para contextos de economias nacionais, agora ressurgem no espírito da regulação de uma grande economia global. Como possibilidades de saída da crise são apontadas, de um lado, a recuperação das economias nacionais e seus mercados internos, juntamente à recuperação dos estados nacionais e sua capacidade de exercer políticas públicas e de desenvolvimento, e de outro, a construção de mecanismos de regulação econômica global, não apenas para a regulamentação do sistema financeiro internacional, mas sim na direção de um *New Deal* Global.

Do ponto de vista ambiental, a crise econômica global eclodida a partir da segunda metade os anos 2000 é vista de diferentes modos e com efeitos ambíguos. Por um lado, como efeitos imediatos de curto prazo, o arrefecimento da atividade econômica provocado pela crise traz alguns impactos que chegam a ser vistos como benéficos por ambientalistas, como a redução na demanda por recursos naturais e também a menor geração de resíduos, menor consumo de energia e menor nível de emissões, menor produção de commodities primárias. Por outro lado, também no curto prazo observou-se efeitos ambientalmente indesejáveis, como maiores pressões para a flexibilização da legislação ambiental para investimentos públicos e privados, a redução de investimentos em mercados ecologicamente corretos, como os mercados de carbono e de tecnologias limpas.

Todavia, mais relevantes são os efeitos de médio e longo prazos. A crise, impactando os padrões de produção de modo a atingir mais fortemente estruturas produtivas mais tradicionais, abre janelas de oportunidade para o desenvolvimento de mercados verdes e de energias renováveis, os quais mantiveram ao longo da crise níveis de investimento mais elevados comparativamente a setores ligados ao petróleo. Não apenas a partir de uma dinâmica dos próprios mercados, mas também somado ao fato de que os Estados nacionais, em sua recuperação como promotores de desenvolvimento (e de políticas contracíclicas keynesianas), investem no segmento ambiental enquanto parte dos “novos setores” a serem fontes geradoras de emprego e renda.

No plano das economias nacionais, coloca-se a recuperação da capacidade dos estados em exercerem suas políticas de desenvolvimento, ao passo em que também se investe estrategicamente em setores de “economia verde”. No plano da economia global, coloca-se tanto a necessidade de avanço em mecanismos globais de regulação econômica e financeira, quanto à necessidade de consolidação dos avanços verificados nos mecanismos e instituições multilaterais de regulação e governança ambiental. Em um plano e em outro, e em ambos interligadamente, a imbricação das agendas de regulação econômica e de regulação ambiental

colocam a perspectiva de desenvolvimento agora de um *Green New Deal*⁴ em contexto global. Foi neste ambiente que se construiu o palco da Rio+20.

4 – A CONFERÊNCIA RIO + 20: ENTRE PAUTAS SEM AGENDA E AGENDAS SEM PAUTA

Considerado de antemão um dos momentos mais relevantes no processo histórico da temática ambiental em sua relação com o Desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012 Na cidade do Rio de Janeiro, veio com o propósito de reafirmar as políticas de compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, para tanto trazendo a aura de delineamentos de caminhos de compromissos concretos com o estabelecimento de novos marcos e novas metas. Maior evento já realizado pelas Nações Unidas e com um arco de ampla participação numérica de representantes de nações e de participação da sociedade civil, a Conferência vem estabelecendo-se como amplo espaço de expectativas, tanto positivas, dado o idealismo de seus propósitos, quanto céticas, dado o realismo do contexto histórico.

Em termos de seus resultados concretos e efetivos, a Conferência conduziu longas agendas de discussão, sem que estas estivessem suficientemente articuladas em pautas de negociação que pudessem produzir acordos e resultados mais palpáveis e tangíveis. Com isso, as pautas da Conferência, que nos dois anos que a precederam vieram sendo negociadas, chegaram ao mês de Junho de 2012 sem que tivesse sido estabelecida uma agenda de compromissos e metas de médio e longo prazos, empurrando importantes definições e decisões para algum lugar no futuro.

Dentre os principais elementos da pauta da Conferência, posição central foi dada à ideia de Economia Verde, ao lado das questões de inclusão social e da Governança.

Termo difundido em 2008 pelo PNUMA, a Economia Verde ganhou rápida aceitação e publicidade. À semelhança do conceito de Desenvolvimento Sustentável nos anos de 1990, o conceito de Economia Verde vem ocupar um papel de desaguadouro de expectativas de convergências, buscando firmar-se enquanto um espaço de consensos e entendimento comum, na busca do estabelecimento de caminhos efetivos de ação. Por outro lado, suscitou desde o nascedouro também um ceticismo e incredulidade maiores do que os experimentados pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável. À diferença do conceito de Desenvolvimento

⁴ BARBIER, Edward B. *A Global Green New Deal*. Economics and Trade Branch, Division of Technology, Industry and Economics, United Nations Environment Programme – UNEP, 2009.

Sustentável, o conceito de Economia Verde busca assentar-se nas experiências e tendências concretas atuais em curso construídas pelos segmentos estratégicos de recursos renováveis e de mercados ecologicamente corretos.

Se, de um lado, a maior aproximação em relação ao realismo do mercado e das possibilidades deste vir a conduzir concretamente novos segmentos produtivos e de negócios ambientalmente mais adequados faz com que a Economia Verde encontre aí seu fator de força, de outro, esta mesma aproximação faz com que o ceticismo aflore, na medida em que a crença na suficiência das forças de mercado em conduzir aos resultados mais desejáveis para a sociedade é, pela experiência histórica ou pelo bom senso, algo ingênuo, pretensioso ou puramente dogmático. É justamente nesse sentido que o aflorar da Economia Verde já nasce revestido de expectativas e descrenças.

5 - ECONOMIA VERDE: RECUANDO OU AVANÇANDO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Por que mais um termo, mais um nome, no já difuso e impreciso campo de ideias onde o Desenvolvimento Sustentável conseguiu, com todas suas ambigüidades e ambivalências, ser uma noção minimamente convergente? Qual o propósito e sentido em se introduzir agora o termo Economia Verde? O que reside por trás? Aclarar e precisar o Desenvolvimento Sustentável ou jogar sobre ele uma cortina de fumaça?

A ideia de Economia Verde, enquanto núcleo conceitual e político lançado para que entorno de si se organizem e orbitem os debates de ideias e proposições políticas e ações concretas, ganhou destaque com a proximidade e preparativos da Rio+20. Lançado em 2008 pelo PNUMA através da Green Economy Initiative - GEI (Iniciativa Economia Verde – IEV), o termo Economia Verde é concebido como aquela que “resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNEP, 2011)⁵. Como fundamentos para tal, a proposta do PNUMA elenca três características: i) economia de baixo carbono; ii) ecoeficiência no uso de recursos naturais por meio do desenvolvimento tecnológico; iii) inclusão social.

A proposta de Economia Verde do PNUMA, em linha com a de um Green New Deal, coloca o crescimento da renda e do emprego como objetivos centrais, a partir de um bloco de

⁵ UNEP, 2011, *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. www.unep.org/greeneconomy.

investimentos públicos e privados de baixo carbono e baixo impacto ambiental e ecoeficientes no uso de recursos naturais.

O Relatório de Economia Verde (REV) do PNUMA, publicado em fevereiro de 2011, como uma das principais peças do organismo para a Rio+20, aponta que a transição para uma Economia Verde viria associada, no médio e longo prazos, a taxas de crescimento global do PIB e do nível de emprego maiores que nos cenários *business as usual* de trajetórias conservadoras. Fica claro que, longe de ser uma proposta que visa questionar as bases do modelo econômico vigente e seus respectivos valores, ou seja, do crescimento econômico como desiderato central, a ideia de uma Economia Verde se apresenta como a continuidade estratégica deste, estratégica no sentido de que agora sua continuidade se torna sustentável.

Em que pese a existência de vasta euforia em defesa de uma Economia Verde, como inclusive para muitos sendo uma manifestação de concretização de preceitos do Desenvolvimento Sustentável, a ideia de uma Economia Verde não deixa de constituir uma espécie de “*downgrade*” em relação ao Desenvolvimento Sustentável. O conceito de Desenvolvimento é multidimensional. É um conceito econômico, pois presume o crescimento econômico, mas não é apenas econômico. É um conceito fundamentalmente social e político, almejando a potencialização e melhoria da vida humana. O conceito de sustentabilidade é também multidimensional, envolvendo não apenas a dimensão ambiental, mas as dimensões social, econômica, política, cultural. O conceito de Economia Verde reduziu o Desenvolvimento a Economia, e o Sustentável à dimensão ambiental ao “Verde”.

Em parte, a Economia Verde é um recuo em relação ao Desenvolvimento Sustentável. Não necessariamente retrocesso. É seguramente um recorte do Desenvolvimento Sustentável. E, enquanto recorte, o reduz. Uma redução pode apequenar e esvaziar. Mas pode também focalizar. A focalização pode ser positiva, se ao produzir tal delimitação conseguir ensejar eficazmente políticas e ações concretas. Pode, porém, produzir resultados tão isolados que pouco sentido e pouca mudança podem vir a trazer frente à realidade mais ampla e relevante. Pode trazer mudanças cumulativas gradativas que posteriormente irão produzir mudanças estruturais de fundo. Mas pode também trazer mudanças que nada mudem.

Assim, em nosso entendimento, sobre a indagação inicial se a bandeira da Economia Verde veio aclarar e precisar o Desenvolvimento Sustentável ou jogar sobre ele uma cortina de fumaça, podemos dizer que nem um nem outro exatamente. E sim ambos simultaneamente. Ou seja, a Economia Verde recorta o Desenvolvimento Sustentável a partir da tesoura da concretude dos interesses envolvidos, sob a alegação do recorte “do possível”. Com isso, foca o conceito a partir deste recorte, de modo a precisar e mesmo concretizar determinadas

dimensões – dadas pelo “realismo” dos interesses econômicos que poderão ter aí janelas de oportunidades de elevados ganhos econômicos nesses novos mercados –, ao mesmo tempo em que desfoca em relação às necessidades de atendimento de limitações ambientais concretas e de inclusão social e redução das desigualdades. Em que pese tal conceito enunciar a inclusão social como pilar básico.

5.1 - Economia Verde e inovação tecnológica: ecoeficiência e desmaterialização.

Grande parte do conservadorismo da proposição de uma Economia Verde, e, portanto, do ceticismo que se tem frente a ela, está na crença depositada nas virtudes do progresso técnico e das forças de mercado em encontrar as soluções para os problemas ambientais e promover sua implementação. O crescente estabelecimento de “mercados verdes”, Produção mais Limpa (P+L) e ecoeficiência no uso de recursos renováveis e recicláveis, torna-se assim carro-chefe da visão de Economia Verde. Tal “otimismo tecnológico e de mercado”, todavia, encontra forte oposição da parte de certo “ceticismo ecológico e social”.

Não há dúvidas acerca da importância da inovação tecnológica para a Sustentabilidade. A rigor, o progresso tecnológico assume papel chave nas diferentes visões de Sustentabilidade do Desenvolvimento desde o debate dos anos de 1960. A necessidade do progresso técnico no sentido de promover a maior eficiência no uso dos recursos naturais, ou seja, maior ecoeficiência, figura como elemento central tanto em visões mais associadas à “sustentabilidade forte”, como na de estado estacionário de Herman Daly⁶, que advoga a manutenção do capital natural, assim como em visões mais associadas à “sustentabilidade fraca”, originada do modelo de crescimento de Robert Solow⁷, que advoga a manutenção do crescimento do capital total, para tal substituindo-se o capital natural. Em ambos os casos postula-se, por meio da inovação tecnológica, uma “desmaterialização” da economia, ou seja, que o bem-estar social provido pela produção econômica seja obtido com cada vez menos recursos materiais naturais.

Tanto os modelos de Solow como os de Daly requerem a inovação tecnológica para a sustentabilidade, através da ecoeficiência e dematerialização. Ambos advogam um progressivo aumento na relação de eficiência entre o produto final, ou seja, entre o bem-estar

⁶ DALY, Herman. E. (1968), “On Economics as a Life Science”, *Journal of Political Economy*, no 76, p. 392-406.

DALY, Herman. E. (1974). *The Economics of the Steady State*. *The American Economic Review*, Vol. 64, No. 2, May, 1974, pp. 15-21.

⁷ SOLOW, R. (1974), “The Economics of Resources or the Resources of Economics”, *American Economic Review*, vol. 64, nº 2, May 1974.

e os insumos primários, isto é, os recursos naturais, ou seja, obter “mais com menos”. Mas enquanto para Daly tal aumento de eficiência vem para permitir que se possa obter um mesmo nível constante de capital com menos utilização de recursos naturais, ou seja, estancando-se o crescimento material quantitativo, para Solow, ao contrário, ela vem para permitir que se possa obter um nível crescente de capital com um nível declinante dos estoques de recursos naturais, ou seja, para que o crescimento possa prosseguir sem culpa.

Em ambos os casos advoga-se que a inovação tecnológica deverá trazer uma progressiva desmaterialização da economia, um desacoplamento (*decoupling*) da economia em relação à sua base biofísica. No caso de Daly, trata-se de um desacoplamento absoluto, ou seja, produzindo uma real diminuição no uso total dos recursos naturais. No caso de Solow, um desacoplamento relativo, ou seja, onde efetivamente é diminuído o uso de recurso natural necessário à obtenção de cada unidade de produto, mas onde também se pode ampliar o uso total dos recursos naturais, em virtude do aumento de consumo pelo crescimento econômico.

A rigor, no desacoplamento relativo, o possível efeito negativo de se produzir um aumento em última instância do uso total dos recursos naturais pode decorrer justamente da própria ecoeficiência, ao se proporcionar a diminuição no uso total de recursos naturais por unidade de produto. Esse fenômeno é o conhecido como “efeito rebote” ou “ricochete”, ou mais especificamente na literatura econômica, como “Paradoxo de Jevons”. Stanley Jevons, em 1865, em sua obra “*O Problema do Carvão*”, descreve a situação paradoxal observada no caso do uso do carvão pelas máquinas a vapor, em que o aumento de eficiência e produtividade obtidas pelas novas máquinas, permitindo a mesma produção poder ser realizada com menor consumo de carvão, todavia fizeram aumentar ainda mais a quantidade total de carvão consumido no país. Segundo Jevon, “é um completo engano supor que um uso mais eficiente dos combustíveis implicará numa redução do seu consumo. A verdade é precisamente o oposto”. Isso porque “se a quantidade de carvão usada em um alto-forno for reduzida, em termos da produção, os lucros da atividade crescerão, novo capital será atraído, o preço do ferro-gusa irá cair mas a demanda aumentará. E no final o maior número de altos-fornos anulará as economias no consumo conseguidas por cada unidade individual”.

A ideia se aplica potencialmente a todo processo de aumento de eficiência no uso de recursos energéticos ou matérias primas. Por exemplo, a economia no consumo de combustíveis pelo aumento na eficiência dos motores propicia que o veículo seja muito mais utilizado e que também aumente o número de veículos. Típico caso também é o da agricultura, especialmente com a Revolução Verde: o aumento de eficiência, em termos de produtividade agrícola, ao invés de levar a que a mesma produção fosse obtida com menor

uso da terra, ao contrário, conduziu justamente a uma maior expansão da produção e, conseqüentemente, ao maior uso da terra. Esse fato é especialmente relevante ao se levar em consideração propostas de redução do desmatamento por meio do aumento da eficiência e intensificação das atividades pecuárias e agrícolas que promovem o desmatamento, visando que usem menos terra, pois o resultado, pelo “efeito Jevons”, pode vir a ser justamente o oposto.

Em suma, o pilar de sustentação da Economia Verde com base na tecnologia e mercados verdes, ainda que evidentemente necessário à construção de um Desenvolvimento Sustentável, é, no mínimo, ambíguo e duvidoso.

5.2- Economia Verde e Limites Ambientais

Não se pode creditar à tecnologia o papel de “salvação ambiental do planeta”. As possibilidades de aumento de ecoeficiência podem ser maiores nos primeiros momentos de esforços inovativos, mas o ganho de eficiência possível de ser obtido é progressivamente decrescente, pelo próprio princípio termodinâmico da lei de entropia. Assim, sendo o habitat terrestre um sistema biogeofísico fundamentalmente fechado em termos materiais e abertos em termos apenas da entrada de energia solar (e da correspondente saída de energia radiante), estamos circunscritos a limites absolutos que não podem ser transpostos pela inovação tecnológica. Esta apenas é capaz de reduzir nossos limites relativos.

Com isso, conferir à tecnologia um papel garantidor e avalizador de que um crescimento econômico ilimitado conduzido livremente pelas forças de mercado, sem balizas macro-regulatórias que o restrinjam e disciplinem, possa ser o caminho para a sustentabilidade parece consistir em uma operação de argumentação puramente ideológica e de pouca credibilidade.

O conhecimento, identificação e estabelecimento de normas e marcos regulatórios relativamente aos limites ambientais, postos em termos de capacidade de suporte e resiliência dos meios e recursos naturais, bem como a manutenção de ecossistemas estratégicos e funções ecossistêmicas vitais ao equilíbrio biogeoquímico, são elementos que devem balizar e guiar os rumos e campos de possibilidades de uma economia que real e efetivamente se queira verde.

5.3 - Economia Verde, desigualdade e pobreza: Agendas paralelas a se encontrarem no infinito?

Paralelo à Economia Verde, outro eixo temático da Rio+20 consistiu na questão da Pobreza. Contudo, a própria agenda da Economia Verde enseja perfis que podem vir a ser nada benéficos em termos de desigualdade e pobreza.

Um primeiro ponto a se destacar e que esteve presente no argumento de diversos críticos à proposta de Economia Verde, consiste na possibilidade de promoção de desigualdade entre países. De pronto, como os segmentos constitutivos de uma Economia Verde devem conter elevado conteúdo tecnológico e inovativo, um regime de comércio internacional que opere critérios de barreiras comerciais “verdes” iria inevitavelmente implicar em forte favorecimento aos países ricos detentores de maior capacidade de investimento tecnológico em P&D. A menos que tal fosse acompanhado de ampla política de transferência de tecnologia. Esse aspecto vem sendo destacado por países em desenvolvimento, expresso pelo South Centre⁸ enquanto um forte risco na proposta de Economia Verde, reforçando assim a necessidade desta ser apoiada no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Um segundo ponto a destacar é que, sendo os segmentos de Economia Verde caracterizados pela eficiência no uso dos recursos, ou seja, intensivo em tecnologia, mas não intensivo em recursos naturais – energia e matérias primas –, eles tendencialmente serão utilizadores de pouca mão de obra relativa, ou seja, utilizadores de mão de obra pouca, cara e qualificada. Com isso, a migração para uma Economia Verde pode ensejar tendências ao desemprego. A contraposição a este efeito deve vir, evidentemente, de política de qualificação de mão de obra. Contudo, para que a mão de obra qualificada possa ser absorvida, faz-se necessário por sua vez que os mercados verdes em questão não venham a se constituir em nichos de mercado pequenos e elitizados, e sim mercados de acesso amplo e capazes de geração de renda e emprego. Assim, enquanto os mercados de uma Economia Verde não se constituírem em *mainstream*, o que é perspectiva de longo e longuíssimo prazo, no curto e médio prazo a Economia Verde poderá vir a estar associada a processos de aprofundamento das desigualdades e de exclusão social.

⁸ Organização intergovernamental auto-intitulada como um “think tank” de políticas intergovernamentais dos países em desenvolvimento, criado em 1995 e sediado em Genebra. KHOR, Martin. *Risks And Uses Of The Green Economy Concept In The Context Of Sustainable Development, Poverty And Equity*. South Centre, Research Paper 40, July 2011.

5.4 - Economia Verde, desigualdade e padrão de consumo

Das duas questões anteriores postas frente à Economia Verde, ou seja, a dos limites ambientais e da desigualdade social, emerge enfim um elemento crucial para se pensar as perspectivas de sustentabilidade: a questão dos padrões de consumo e de acesso a esses padrões. Claramente, o espírito da modernidade ao estabelecer as virtudes da liberdade do Homem, se de um lado estabelece o princípio da dominação e apropriação do Homem sobre a Natureza, de outro lado também estabelece como mérito o ganho e apropriação individual e privada.

A apropriação e a propriedade se fazem de modo desigual, de modo a que os elevados padrões de vida e consumo da sociedade moderna sejam intrínseca e estruturalmente auferidos apenas por poucos. A generalização de tais padrões para todos os habitantes do planeta é de fato uma impossibilidade material, pois, como diversos autores e documentos recorrentemente mencionam, seriam necessários de 3 a 5 “planetas Terra” para consegui-lo. Com isso, dada a finitude do planeta, é evidente que, para que o padrão elevado de vida e consumo possa continuar sendo mantido para poucos, muitos devem ser excluídos.

Como bem argumentou Celso Furtado em seu clássico *O Mito do Desenvolvimento*, de 1974⁹, quando dialoga com a obra *Limits to Growth*, as projeções de limites dos recursos naturais elaboradas por este último incorriam no erro de estender os padrões de produção e consumo vigentes uniformemente a toda a população, quando em realidade o modelo capitalista vigente impõe estruturalmente a desigualdade, entre classes e entre nações, justamente para que a sustentação dos padrões para poucos não seja limitada ou que possa jogar estes limites para o futuro ou para os menos privilegiados.

Com isso, a discussão dos rumos e possibilidades para uma Sustentabilidade futura, passa por ter na questão da crítica aos padrões de produção e consumo e do acesso a estes como elemento central e condição *sine qua non*. Por sua vez, sendo justamente esta a veia nevrálgica maior, mais exposta e sensível do problema, “meter o dedo na ferida” é ao mesmo tempo tão necessário quanto motivo de todas as maiores resistências, especialmente pelos tomadores de decisão. A forma pela qual a sociedade constrói e distribui histórica e presentemente a riqueza e o poder não é algo que se possa transformar fácil e pacificamente. Os privilégios não se abdicam por si mesmos.

Enquanto peça de uma arquitetura de negociação diplomática, é patente e mesmo previsível a ausência, na proposta de Economia Verde do PNUMA, de uma crítica mais

⁹ FURTADO, Celso. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

contundente aos atuais padrões de consumo e modos de vida, especialmente nos países e estratos ricos da sociedade global e permanentemente postos como modelo econômico produtivo e psíquico-simbólico a ser perseguido pelos países e estratos médios e pobres em permanente busca de inclusão e ascensão social. Algo diferente por sua vez se encontra, por exemplo, no trabalho de Tim Jackson¹⁰, inicialmente elaborado para o governo britânico, onde esse ponto é a seu modo enfrentado. Ressalte-se que, após seu primeiro relatório, o autor foi excluído da demanda governamental e prosseguiu por si próprio.

5.5 - Economia Verde e Governança

Apesar de todas as críticas e riscos associados à ideia de uma Economia Verde, sua viabilização, contudo, pode vir a se tornar importante instrumento de mudança, se sua condução não for deixada predominantemente a cargo das forças de mercado, e sim atrelada a mecanismos institucionais de governança global que possibilitem que a macroregulação econômica condicione a critérios mais amplos de conformidade ambiental e social.

Na medida em que os novos segmentos de atividade econômica ligados à Economia Verde passem a ter maior dinamismo e centralidade, eles passarão a ser objeto de destaque nas políticas públicas e de investimentos públicos e privados. Com isso, uma nova institucionalidade voltada a tal gestão e regulação tende a se desenvolver e consolidar, dando espaço para que o controle social e os interesses de maior longo prazo conduzam a Economia Verde em direção a uma trajetória que inevitavelmente implicaria graduais, porém constantes transformações.

Todavia, a questão da Governança, outro eixo central da Rio+20, nela tampouco se avançou !

¹⁰ JACKSON, T. *Prosperity without growth: economics for a finite planet*. London: Earthscan, 2009.